

1 **Ata da reunião da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Paraná.** Aos vinte dias do mês de maio de 2021, às
2 9h00, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Paraná (CPA), via *Teams*, sob a
3 Presidência do Professor Alexandre Knesebeck. Foram registradas as presenças de: Alexandre Behling, Antonio Carlos Goncalves Filho,
4 Arno Paulo Schmitz, Elis Regina Ribas, Fabiano de Oliveira, Gustavo Biscaia de Lacerda, Jean Ricardo Vianna Hinkel, Lilian Carolina
5 Rosa da Silva, Luana Moraes Costa, Maria Tereza Carneiro Soares, Miriam Aparecida Nimtz, Ricardo Francisco Brocenschi, Roberta
6 Antunes, Salete Aparecida Franco Miyake, Tardelly Santos Cassemiro e Thiago Freitas Hansen. Justificou a ausência: Rafael Felix da
7 Silva, Leonia Negrelli e Raquel Rangel Meirelles Guimarães. A SEAI informa que a ausência da servidora Cássia Regina Guimarães
8 ocorreu pelo fato dela não ter recebido a convocação da reunião. As providencias de revisão dos grupos foram tomadas para evitar novos
9 erros nas convocações. O Presidente abriu a sessão cumprimentando e agradecendo a presença de todos/as. Houve uma rodada de
10 apresentações e de boas-vindas aos novos membros e representantes. A seguir, passou-se para os Informes. O primeiro item deste tópico
11 trata do Mapeamento de processos e riscos da Avaliação Institucional (CPA, SEAI e Representantes). O Presidente relatou como essas
12 atividades se iniciaram a partir de duas solicitações de auditoria em 2020, demandadas pela Auditoria Interna da UFPR à CPA, que
13 resultaram na recomendação para que a Comissão tomasse providências quanto ao mapeamento e processos e riscos de suas atividades.
14 O Professor explicou que a demanda também foi compartilhada com a Coordenadoria de Governança (CGR), da Proplan, unidade que
15 está orientando o mapeamento, e ressaltou que dos encontros com a CGR foram levantados tópicos que serão discutidos em breve,
16 porque podem representar gargalos nos processos da avaliação institucional. O mapeamento é feito com apoio de um software, Bizagi,
17 que basicamente é uma ferramenta para construir fluxogramas. A ferramenta é bastante completa, permite a capilaridade das ações,
18 permitindo que se insira diversos subprocessos e processos integrados. Possibilita a divisão em raias que contemplam o processo principal
19 e os demais processos vinculados, indicando em que momento os diversos atores envolvidos participam das atividades, a exemplo da
20 Secretaria Executiva de Avaliação Institucional (SEAI). O mapeamento que está para ser concluído e homologado na próxima semana. O
21 link foi disponibilizado durante a sessão para os presentes. Esse mapeamento irá nos ajudar a compreender os gargalos e a melhorar os
22 processos, assim como dará maior transparência às atividades da CPA. Um outro benefício deste trabalho é permitir que haja continuidade
23 das atividades em caso de alteração da equipe. O segundo informe trata da emissão da Portaria de Avaliação de Desempenho - Notas AI
24 E AS. A técnica Roberta Antunes explicou rapidamente os critérios instituídos pela Resolução nº 21/08 – COPLAD. Explicou como eram
25 geradas as notas a partir dos resultados da Avaliação Institucional, que contemplam os diversos Eixos (temas) do SINAES e outros que a
26 instituição agrega conforme demanda. Os resultados desses eixos avaliativos eram calculados para gerar as notas Setoriais e a
27 Institucional. Todavia, nos últimos dois anos, a CPA empreendeu esforços na melhoria desse processo, observando as indicações dos
28 servidores nos resultados das pesquisas, e também por consulta de algumas unidades à CPA. Por isso, a CPA criou em 2019 um eixo
29 específico para medir com mais precisão a satisfação com os serviços das diversas unidades. Dessa forma, foram desvinculados os
30 demais resultados, especialmente os que apresentam questões que não estão sob domínio dos servidores, aqueles que eles não têm
31 controle, como infraestrutura, passando a ser considerado para fins de geração das notas somente a pesquisa de satisfação, lembrando
32 que essa avaliação mede o desempenho Institucional, o individual é realizado pela PROGEPE integrando a autoavaliação do servidor, a

33 avaliação da equipe e da chefia. Igualmente, foram integrados para fins de geração das notas os resultados oriundos das pesquisas
34 discentes de graduação e de pós-graduação, contudo, por não haver um eixo destinado a levantar especificamente a satisfação desses
35 públicos com o atendimento e serviços das unidades, somente algumas questões são selecionadas a partir dos resultados dessas
36 pesquisas para compor as notas, por exemplo, questões que avaliam o atendimento das bibliotecas. Portanto, excluem-se questões que
37 estão fora da competência de servidores, como as questões que avaliam as políticas de ensino, pesquisa e extensão e infraestrutura,
38 entre outras. A portaria vem como uma ação de transparência para formalizar e dar ciência aos envolvidos dos procedimentos necessários
39 para a geração das notas, quais pesquisas, que tipo de temas são considerados e a metodologia de análise. No início de 2021 a CPA
40 analisou três medidas de variância e chegou à conclusão que neste momento a média ainda é a medida que indica com mais clareza a
41 satisfação dos públicos, o que não impede que em próximos ciclos sejam utilizadas outras medidas. A portaria prevê essa possibilidade.
42 Por fim, desta forma, a CPA visa dar amplo conhecimento sobre os procedimentos utilizados para emissão das notas AS e AI. O terceiro
43 informe trata da Divulgação do Relatório de Autoavaliação de 2020, entregue primeiramente ao Ministério da Educação. Eu, Salette
44 Miyake, esclareci que a Nota Técnica 65/2014 CONAES – INEP orienta o formato do relatório de autoavaliação por triênio, prevendo a
45 entrega de relatórios parciais nos primeiros dois anos e um relatório completo ao fim do terceiro ano, que deverá contemplar, além da
46 análise global desse ciclo, ações em face dos resultados, compreendendo o planejamento de providências que serão tomadas para
47 melhorias da instituição e dos processos de ensino, pesquisa e extensão. A CPA tem se adiantado neste trabalho, solicitando as análises
48 dos resultados das pesquisas às unidades, anualmente. Essas análises contribuem para que no terceiro ano a CPA possa levar ao
49 conhecimento dos Gestores as questões que são pontuais para atendimento das demandas de todas as unidades que colaboraram com
50 as análises. Da mesma forma, fica demonstrado quais ações já foram tomadas por essas unidades, quais precisam ser observadas, e
51 quais fogem da competência de resolução sem apoio da Reitoria. Essa atividade facilita o levantamento do que é essencial em termos de
52 planejamento por parte dos gestores locais e da Reitoria. Em seguida, passei a palavra ao presidente que esclareceu a importância da
53 participação e engajamento das unidades e como esse engajamento tem crescido, permitindo que se estabeleça um elo entre avaliação
54 e planejamento. A professora Maria Tereza Carneiro Soares destacou as linhas gerais da referida Nota Técnica, salientando que se trata
55 de um acompanhamento cíclico por parte da Conaes. E que anualmente esses dados são divulgados aos gestores da UFPR após a
56 conclusão do relatório, pois a CPA precisa atender ao prazo do MEC/INEP, todavia nada impede que seja feito antes da entrega, se
57 possível, pois apoia a construção de um diálogo da CPA com a gestão na busca de soluções. Por essa razão, o relatório de 2020 foi
58 apresentado durante sua construção à Reitoria e à Proplan para que esses gestores ficassem a par dos anseios da comunidade
59 acadêmica. A ciência da Reitoria antes da conclusão do documento apoia as ações em face dos resultados que deveriam ser inseridas
60 no relatório completo, assim como apoia o entendimento de como a avaliação institucional contribui com o processo de planejamento.
61 Lembrou, ainda, que a UFPR está na fase de discussão do novo PDI, e que a importância das informações geradas pela CPA é
62 representativa para a construção do documento. Após a entrega, a SEAI iniciou a organização do resumo das ações, documento que será
63 publicado em breve e é um complemento do Relatório. O quarto informe trata das avaliações *in loco* virtuais, que vêm substituir as
64 avaliações presenciais para cumprimento das avaliações externas dos cursos de graduação e da própria instituição. A palavra foi dada à

65 técnica Luana Moraes Costa, que alertou sobre a portaria recém publicada pelo INEP que autoriza a avaliação *in loco* virtual. A servidora
66 esclareceu brevemente o que se pode esperar para instituição neste ano, salientando que os processos de avaliações externas da UFPR
67 estão sobrestados até outubro, e que só então a instituição terá notícias se será integrada nessa nova modalidade ou se haverá novo
68 sobrestamento dos processos. Ainda, comentou sobre as orientações que a Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior
69 (ABMES) tem disponibilizado por meio de *lives*. Em termos de preparação, é preciso atentar às questões da infraestrutura, indicando o
70 que é possível esperar dessas avaliações. A professora Maria Tereza Carneiro Soares completou esclarecendo que há pressão das
71 entidades privadas visto que alguns cursos dessas entidades ainda carecem de autorização de funcionamento. Neste sentido, existe uma
72 demanda para avaliar essas instituições e cursos para que os processos sejam retomados de forma virtual. O professor Arno Schmitz
73 informou que o MEC já autorizou a avaliação *in loco* de forma virtual. Assim, deve-se esperar que nos próximos meses a UFPR receba
74 novos comunicados sobre a retomada, afirmou a técnica Luana Costa, ressaltando que os cursos da área da saúde não deverão receber
75 avaliações neste modelo, mas sim presenciais. A professora Maria Tereza Carneiro Soares ressaltou que existe pressão das entidades
76 privadas para que possam dar continuidade as suas atividades, mas que a Andifes é contrária a esse formato de avaliação, principalmente
77 em função das condições sanitárias. O Presidente lembrou que devido ao represamento de processos devemos nos preparar para um
78 volume grande de avaliações externas. O técnico Gustavo Lacerda perguntou sobre os motivos da Andifes ser contrária, se estão somente
79 vinculados às questões de saúde, e a professora Maria Tereza C. Soares afirmou que esse é um dos motivos, mas também há dúvidas
80 quanto à avaliação fidedigna da infraestrutura das instituições. Neste eixo, um dos critérios é a verificação do endereço, por localização
81 informada no sistema. A verificação deste espaço é um critério importante. Salientou que ainda não estamos em condições de retomar as
82 atividades presenciais. A seguir, o Presidente passou ao Balanço Geral de 2020, lembrando as pesquisas aplicadas em 2020, em que
83 momentos e a que públicos se destinaram. Lembrou que 2020, por ser um ano atípico, requereu alguns ajustes, especificamente a
84 avaliação do ensino remoto, para a qual também foi criada uma Comissão de Acompanhamento ligada ao CEPE. Assim, as avaliações
85 precisaram considerar o contexto de pandemia. A respeito das avaliações discentes, alertou sobre o equívoco dos estudantes de
86 graduação que não são dos programas de IC e IT e que entenderam que não deviam responder a esta pesquisa, por já terem participado
87 em outro momento da pesquisa de disciplinas. Portanto, esse é um ponto a ser discutido. É preciso analisar a integração e a aplicação
88 das pesquisas discentes em um mesmo período, considerando que as avaliações de cursos são aplicadas uma vez por ano e a de
89 disciplinas duas vezes por ano. É interessante que a avaliação da IC e IT passe a ser aplicada com as demais pesquisas destinadas a
90 esse público. Lembrou que as demais pesquisas – pós-graduação e servidores (UFPR e CHC) – continuarão a ser aplicadas em um
91 único momento no ano. Um dos problemas enfrentados em 2020 foi a impossibilidade da CPA ter acesso aos dados dos respondentes,
92 devido à Lei Geral de Proteção aos Dados, que impôs alguns limites ao trabalho da CPA e da SEAI, uma vez que a SEAI fazia o suporte
93 e apoio à AGTIC na resolução dos problemas de acesso dos respondentes. Em 2020, essa tarefa ficou exclusivamente sobre a
94 responsabilidade da AGTIC, sobrecarregando os servidores da unidade de WebDesign, que presta apoio à CPA. Ademais, em relação à
95 participação dos públicos, não houve grandes mudanças no que se refere aos servidores. Já em relação aos estudantes, a participação
96 mostrou alguma melhora. Um desafio é sempre o tamanho do questionário, pois sempre surgem questões a serem agregadas, e isso tem

97 feito com que os instrumentos fiquem maiores e cansativos. O Professor Arno Schmitz sugeriu que seja considerada a possibilidade de
98 aplicar pesquisas rotativas. Quanto aos sistemas utilizados, a CPA já esteve em reuniões com a AGTIC para resolver questões técnicas
99 no início deste ano, e está em andamento pela AGTIC um estudo para implantação de uma outra solução para as pesquisas dos
100 servidores, da pós-graduação e da IC/IT, ou por meio do pacote office ou por meio de atualização do LimeSurvey. Da mesma forma, está
101 em acordo com a Coordenação do Siga a construção dos instrumentos naquele sistema, iniciando com as questões discentes, que por
102 ora é feita com apoio da COSIS/Prograd, e que na última avaliação colocou uma nova solução em funcionamento. Essa nova solução
103 poderá ser aproveitada no Siga, pois demonstrou ser uma solução boa para a condução das pesquisas, necessitando somente alguns
104 ajustes de apresentação. Por isso, em 28 de maio, haverá uma reunião conjunta da CPA, Cosis e Coordenação do Siga para discutir os
105 próximos passos, inclusive a descentralização de instrumentos dos cursos de graduação, permitindo que eles possam criar suas questões,
106 somadas a um questionário básico elaborado pela CPA. O projeto-piloto já está em andamento, mas talvez haja um atraso em função das
107 questões técnicas do atual sistema. Para o piloto, serão contemplados primeiramente cinco cursos, que depois poderão compartilhar essa
108 experiência com os demais, sendo que o objetivo é abranger todos os cursos da instituição no futuro, produzindo um salto de qualidade
109 das avaliações discentes. Eu, Salette Miyake, informei que em reunião com a Reitoria, PRA, AGTIC e PROGRAD, no final de 2019, foi
110 decidido que toda as pesquisas de avaliação institucional devem integrar o sistema Siga. O processo está em andamento, primeiramente
111 para as avaliações discentes, depois todas as pesquisas deverão ser integradas, assim como os resultados. O item seguinte da pauta é
112 o Plano de Ação de 2021 construído para apoiar as decisões desse ciclo e serviu de base para a equipe da Governança compreender a
113 complexidade das atividades da CPA, mostrando onde começam e onde terminam os ciclos avaliativos. O plano, que foi compartilhado
114 com os presentes, será publicado em versão resumida. Além de orientar as ações, o plano visa tornar público o trabalho da CPA e de
115 seus Representantes, tornando claras as etapas dos processos, ajudando na compreensão dessas atividades por parte da comunidade
116 acadêmica. O Plano é dinâmico, vai se desenvolvendo a partir das decisões colegiadas, de forma que, nessa sessão estava prevista a
117 discussão sobre o questionário de disciplinas, a meta-avaliação desse instrumento, a título de exemplo. Em seguida, deverão ser revisados
118 os demais instrumentos e encaminhadas as providências para abrir as pesquisas, períodos, prazos de aplicação, divulgação e análises.
119 A servidora Roberta Antunes explicou rapidamente como foi organizado o Plano destacando objetivos, etapas e datas de início e conclusão
120 de atividades, bem como os atores envolvidos em cada etapa. Tendo em vista que não foi possível iniciar a discussão do questionário de
121 disciplinas deste semestre, foi acordado que a CPA se reunirá em 10 de junho para iniciar a revisão, observando as novas Resoluções
122 aprovadas pela UFPR para o semestre em curso. Nas semanas que antecedem essa sessão, a SEAI irá sistematizar as sugestões e
123 críticas recebidas a partir das análises dos cursos sobre os resultados da pesquisa anterior, e as disponibilizará para todos, com objetivo
124 de orientar a análise da proposta de questionário que já foi compartilhada por e-mail. Palavra livre: o técnico Gustavo Lacerda solicitou
125 orientações sobre o Enade, as quais foram prestadas pelo Presidente e pela professora Maria Tereza Carneiro Soares, que lembrou que
126 o exame compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, juntamente com as CPAS (autoavaliação) e com as Avaliações
127 Externas, sendo, portanto, uma das etapas da avaliação da educação superior. Além do questionário avaliativo, que contempla os
128 conteúdos dos cursos avaliados em determinados ciclos, também é composto por formulário socioeconômico, condição *sine qua non* para

129 que o estudante possa participar do exame. A técnica Luana Moraes Costa salientou que os resultados do exame, dentre outros critérios,
130 são decisivos para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC), um índice utilizado pelo INEP para avaliação e regulação dos cursos
131 de graduação. A referida servidora colocou-se à disposição para esclarecimentos sobre o Enade, lembrando que a Prograd/Unirai ofereceu
132 aos professores da UFPR um curso a respeito do exame, recentemente. Ela irá compartilhar com a SEAI e CPA o arquivo de orientação
133 utilizado no referido curso. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos, encerrou a sessão, e eu, Salette
134 Miyake, secretária executiva, lavrei a presente ata.